

EVOLUÇÃO ESPACIAL DE CAICÓ E TOPONIMIA URBANA DO FINAL DO SÉCULO XIX A MEADOS DO SÉCULO XX

Cláudia Medeiros de Araújo • Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora. E-mail: claudiacma7@hotmail.com

Envio em: Agosto de 2012

Aceite em: Novembro de 2012

Resumo: Nesse texto discutiremos as mudanças espaciais na cidade de Caicó entre o final do século XIX e a primeira metade do XX. Esse recorte temporal foi escolhido com o objetivo de discutirmos o processo toponímico da cidade, período em que a cidade de Caicó começou a passar por um lento processo de expansão e transformações urbanas as quais acarretaram o surgimento de novas ruas, praças, avenidas e logradouros públicos que provocou a evolução da nomenclatura urbana. Nesse sentido, antigas ruas foram renomeadas e os novos bairros, ruas, avenidas e logradouros públicos que foram surgindo foram batizados. No tocante, as fontes além de obras de historiografia local, realizamos uma investigação em jornais presentes no Laboratório de Documentação Histórica–LABORDOC-UFRN-Campus. E como referencial metodológico a pesquisa está embasada nas ideias de *espaço e lugar* de Michel de Certeau(1994) e de Yi Fu –Tuan(1980).

Palavras-chave: Toponímia. Memória. Espaço. Lugar. Caicó.

GEOGRAPHIC EVOLUTION OF CAICÓ AND URBAN TOPONYMY THE END OF THE NINETEENTH CENTURY TO MID TWENTIETH CENTURY

Abstract: In this text we discuss the geographic changes in the city of Caicó in the late XIX century and first half of XX. During this time, it was chosen in order to discuss the process toponymic of the city of Caicó and it began to slow process of expansion and urban transformations which led to the emergence of new streets, squares, avenues and public places which led to the evolution of urban nomenclature. In this sense, the old streets were renamed and the new neighborhoods, streets, avenues and public places that were emerging were nominalized. Regarding the sources as well as works of historiography site, conducted an investigation in newspapers present at the Laboratory of Historical Documentation-LABORDOC-UFRN Campus. The methodological research is based on the ideas of space and place of Michel de Certeau (1994) and Yi-Fu Tuan (1980).

Keywords: Toponymic. Memory. Space. Caicó.

1. INTRODUÇÃO

A língua reflete as relações socioculturais e o imaginário de um povo, ao possibilitar o relato de acontecimentos históricos, o conhecimento de peculiaridades físico-geográficas de uma região e a identificação religiosa. Cada grupo social possui particularidades culturais próprias, esboçando nos nomes indicados para identificação dos lugares aspectos e eventos culturais, histórico, físico-geográfico etc.

A disciplina que estuda a origem e a significação dos nomes de lugares é a Toponímia, a qual compete à disciplina Onomástica que alude ao que é competente do nome. A toponímia possibilita reconstruir aspectos do passado histórico e de valores culturais de um grupo social que residiu ou reside numa determinada área. Sendo os topônimos concebidos como sendo bens patrimoniais, eles estão sujeitos às implicações do tempo: às permanências, às transformações, ao esquecimento do seu sentido original, uma vez que se esquia dos acordos e da memória do povo. Esses aspectos possibilitam afirmar que a Toponímia possui duas dimensões: uma que se refere à nomeação de dado espaço geográfico (função toponímica) e outra no que diz respeito ao tempo (memória toponímica).

No período colonial, diferentes vilas ou cidades nasceram ao redor de capelas, igrejas ou monumentos de religiosidade e, no decorrer do tempo, vieram a gerar municípios, revelando o feitio antropológico da fé de nossos antepassados, como também a importância e o poder da Igreja, poder esse que excede aos domínios religiosos. Assim, muitos lugares ganharam nomes de santos, hagiotopônimos, como São Paulo - SP, São José - RN, seguindo uma reminiscência portuguesa de “doar” um lugar ao santo de devoção.

É importante frisar que em 1822, a estrutura político-administrativa do país foi redefinida, sendo o seu território dividido em províncias, as quais foram subdivididas em municípios. Cidades e vilas podiam eleger uma Câmara de Vereadores, responsável pela administração municipal. Também é importante frisar que após o período colonial, há uma diminuição na prática de batizar as localidades com nomes de santos, passando esses a evocar a realeza, o indígena, a natureza, a mitologia e os “heróis” nacionais. Isso se explica em razão do processo de formação da identidade nacional, por meio da construção do que seria uma memória e reconhecimento de uma cultura nacional. No período pós-independência com implantação do Estado Nacional, estabelece-se a tarefa de esboçar uma representação para a “Nação brasileira”, visando elaborar uma identidade própria no conjunto mais vasto das “Nações”, conforme as novas ideias organizadoras da vida social do século XIX. Para isso foi criado

Em 1838, tendo como modelo o Institut Historique, fundado em Paris em 1834 por vários intelectuais, entre eles dois velhos conhecidos do Brasil —Monglave e Debret —, forma-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (o IHGB), congregando a elite econômica e literária carioca. É justamente esse recinto que abrigará, a partir da década de 40, os românticos brasileiros, quando o jovem monarca d. Pedro II se tornará assíduo frequentador e incentivador, com a maioridade, dos trabalhos dessa instituição. A partir dos anos 50 o IHGB se afirmaria como um centro de estudos bastante ativo, favorecendo a pesquisa literária, estimulando a vida intelectual e funcionando como um elo entre esta e os meios oficiais (SCHWARZT,1998,p.178).

No entanto, a edificação de um projeto nacional para uma sociedade assinalada pela escravidão e pela existência de sociedades indígenas abarcava problemas peculiares, tal como a invenção de um discurso homogeneizador que veiculasse as demandas das minorias e o imaginário das elites. O discurso delineado para a Nação brasileira, que os poetas, músicos, pintores e cientistas vinculados ao IHGB tomaram o cuidado de fortalecer, tende a produzir uma homogeneização da diversidade étnica e cultural do Brasil, reduzindo-o as suas elites e a cultura letrada que professavam. “D. Pedro e a elite política da corte se preocupavam, dessa maneira, com o registro e a perpetuação de uma certa memória, mas também com a consolidação de um projeto romântico, para a conformação de uma cultura “genuinamente nacional” (SCHWARZT,1998, p.199). Percebem-se assim os rumos políticos e culturais que vão esboçando a coordenação jurídico-política do país independente.

O objetivo era o de inventar um passado e procurar permanências temporais e uma antiguidade para o país. Deste modo, a prática de nomear locais públicos gerou uma tradição que ganhou importância fazendo com que os locais deixem de ser simplesmente equipamentos utilizados pela população, para tornarem-se monumentos. O monumento tem o papel de reavivar as lembranças do morto, afastando-o da possibilidade do esquecimento, tranquilizando-o no tempo. Busca-se com isso, legitimar determinado passado homenageando personalidades políticas como presidentes, governadores, coronéis, deputados e exaltados como heróis nacionais.

Com isso, esses logradouros deixam de ser simplesmente equipamentos utilizados pela população para se tornarem monumentos, espaços de celebração e inscrição de uma dada memória, fabricada em certo período. Nas palavras de Le Goff (1990, p. 462)

A palavra latina monumentum remete para a raiz indo-européia men, que exprime uma das funções essenciais do espírito (mens), a memória (memini). O verbo monere significa ‘fazer recordar’, de onde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O monumentum é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. Quando Cícero fala dos monumenta hujus ordinis [Philippicae, XIV, 41], designa os atos comemorativos, quer dizer, os decretos do senado. Mas desde a Antiguidade romana o monumentum tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte

Entende-se que os logradouros públicos se tornam monumentos visto que recordam práticas dos indivíduos que um dia teriam colaborado para a edificação de uma localidade. O logradouro público, por ser uma obra pública, dificilmente se desliga de seu caráter monumentalizante, tanto para quem fica como responsável pela sua construção, como para quem ele pode servir de tributo com sua designação. Conforme Nader (2007), a memória é um processo vivido, regido por grupos vivos, em desenvolvimento constante e susceptível a todos os manejos. Com isso,

[...] o logradouro é um lugar de memória. Permite a comunidade testemunhar seu próprio percurso, ao ver seu passado presente nos bens que usa coletivamente. A denominação do logradouro, mais ainda, permite que as pessoas agraciadas tenham seus nomes nas correspondências dos correios, em anúncios comerciais, nas listas telefônicas, nas referências feitas pela imprensa, enfim, tudo aquilo que passa a integrar o cotidiano da comunidade. passa mesmo a fazer parte da vida das pessoas (NADER, 2007, p.54).

Neste sentido, os topônimos são símbolos carregados de sentidos e fazem parte da identidade coletiva de um lugar. Nas palavras de Dick (2003, p. 183)

o topônimo não pode ser considerado apenas como uma unidade léxica genérica porque recobre funções sintagmáticas, de verdadeiros enunciados modais. Vários fatores concorrem para sua manifestação e fixação como vetor, ou seja, o tempo da enunciação e a efetivação do uso, quando o nome entra, de fato, na corrente onomástica. Passa-se, assim, do plano expressivo ao cognitivo propriamente dito, que conduz aos planos informativo e afetivo; este estágio garante a manutenção do emprego, num continuum.

Souza (2001) ainda defende que a permuta de nomes de ruas, poderá ser recusada pela população historicamente referenciada em designações remotas. Esta recusa da alteração poderá se manifestar na preparação de um tipo de “mapa imaginário da cidade”. Um exemplo foi dado pela população de Porto Alegre que teria desconhecido determinadas modificações, passando guiar-se pelo mapa imaginário dos nomes antes empregados. Em situação diversa teria trocado por razão própria antiga designações em razão de modernas referências designadas para determinados lugares, fundamentada em vivências novas, vinculadas a contemporâneas práticas populares.

Certeau (1994), ainda nos auxilia a refletir a respeito de toponímia ao estabelecer a diferença entre espaço e lugar. No tocante ao espaço, o autor afirma que o mesmo não é algo fixo, estático, estável, mas prático, mutável e em permanente movimento, pois ele é construído de vivências, de ações e de atos. Para isso, ele faz uma distinção entre o natural e o construído, percebendo que o espaço não está inscrito na natureza, ele se faz em interação com o ser humano em algum lugar. Esta ideia conforme Certeau (1994), aproxima o espaço da linguagem, já que provém como possibilidade a partir de uma dada enunciação.

O espaço, do mesmo modo que a língua é relacional, subordinado à influência mútua do homem. Desse modo, podemos afirmar que o espaço é uma série de influências mútuas em uma certa conjuntura, o que se assinala como uma prática social. Já, o lugar faz alusão

[...] a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do “próprio”: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar “próprio” e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade (CERTEAU, 1994, p. 201).

Desse modo, duas coisas não podem ocupar o mesmo lugar, ao mesmo tempo, mas quando conseguem comunicar-se convertem o lugar em espaço. Conforme Certeau (1994, p.202), “[...], o espaço é um lugar praticado”. Nesse sentido, usaremos esse modo de compreender o espaço, pois nos possibilita pensar a toponímia como fruto de certa memória social. Daí a importância de compreendermos a mentalidade do nomeador como projeção do seu grupo social.

Enfim, depois de discutirmos a prática de nomear lugares, devemos ressaltar que entre o final do século XIX a meados do século XX, a cidade de Caicó começou a passar por um lento processo de expansão e transformações urbanas as quais acarretaram o surgimento de novas ruas, praças, avenidas e logradouros públicos que provocou a evolução da nomenclatura urbana. Nesse sentido, antigos logradouros públicos foram renomeados. É importante ressaltar que o nome de um lugar além de organizar o espaço geográfico se constitui em monumento, em um documento histórico, em memória. Desse modo, nos questionamos que transformações foram essas? Que nomes foram esses? Que passado passou a ser narrado através dos nomes das ruas, avenidas, e logradouros públicos da cidade de Caicó?

2. REFLEXÕES ACERCA DOS NOVOS TEMPOS, NOVOS LUGARES E NOVOS TOPÔNIMOS

Na primeira metade do século XIX, as denominações das ruas da Vila do Príncipe eram determinadas por assimilações simbólicas, as quais objetivavam promover o tráfego. Elas eram discriminadas em signos linguísticos as quais faziam alusão a um aspecto do logradouro (a igreja, um acidente geográfico, uma residência, um prédio etc). Assim, até a primeira metade do século XIX a vila possuía

[...] ‘à Rua de Baixo ou Rua do Sobrado’, à esquerda da Matriz de Sant’Ana, à ‘Rua dos Medeiros’, por trás da Matriz; à ‘Rua de Cima’ (provavelmente, por trás da Rua dos Medeiros), à ‘Rua da Fortuna’, que devido à passagem do Riacho da Fortuna possuía calçadas bem altas; e à ‘Rua do Sol’ (distanciava-se um pouco da Matriz). Havia ainda duas ruas próximas à Praça do Mercado: eram as ruas do ‘Nascente’ e do ‘Poente’, onde realizava-se o comércio; a ‘Rua Nova’ era um ponto extremo do vilarejo, onde estava localizado o cemitério; nos fundos da Igreja do Rosário ficava a Rua Sete de Setembro (MORAIS, 1999, p.44-45).

Observa-se a partir da citação acima, que os nomes das ruas originavam-se de assimilações simbólicas dos espaços, as quais desempenhavam a finalidade de promover a sua identificação, especificação e menção a elementos espaciais. Além dessas ruas existia a Rua da Câmara que fazia menção ao edifício da Casa da Câmara e Cadeia Pública.

A partir desses topônimos, podemos observar ao mesmo tempo um padrão toponímico descritivo bem como as marcas da forma como os habitantes da Vila do Príncipe se localizavam na cidade, mapeavam os espaços, produzindo significados. Ainda podemos dizer que essas ruas foram nomeadas pela população anônima, e acabava entranhando-se de tal maneira ao lugar que passava a congregar o significado do local, como se um e outro fossem a mesma coisa, uma espécie de representação mimética do referente. Isso porque a percepção e a experiência se constitui nas “[...] diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade” (TUAN, 1983, p.9) levando as pessoas a se relacionarem com os lugares tornando constantes as sensações que as pessoas comunicam nas espacialidades. A experiência dos espaços constrói os modelos de identificação do sujeito com o meio ambiente. Para Tuan (1983, p.10), “[...] experienciar é aprender, compreender; significa atuar sobre o espaço e poder criar a partir dele”.

Partindo dessas discussões acima, lembramos que Monteiro (1945, p.21), destaca que “[...] a primeira rua construída em Caicó foi a rua Amaro Cavalcante. Esta rua fica justamente em frente à Igreja do Rosário. Outros falam na rua de Cima, hoje Sete de Setembro.” Independentemente de qual foi a primeira rua construída em Caicó, o que chama nossa atenção aqui é o fato de que ambas possuíam antes nomes que faziam alusão a algum aspecto do logradouro já que a Rua Amaro Cavalcante antes era denominada de Rua da Cadeia a qual como já discutimos acima fazia alusão à Câmara Pública. Já a outra rua fazia menção à localização da Igreja.

Nesse sentido, o autor citado acima ratifica que o processo de nomeação das vias públicas de Caicó se iniciou a partir do núcleo central da cidade no qual predominava o arquétipo toponímico descritivo onde “[...] se enquadram categorias referentes ao meio ou em torno do topônimo.” (BASTOS, 2010, p.36). Entretanto, esses antigos topônimos não mais interessavam já que esses nomes se apresentavam como denominações estranhas uma vez que os nomes de ruas de caráter prático vindos de tempos arcaicos, não eram mais patentes em razão das novas obras que surgiam e em razão da mudança do regime político da Monarquia para República que ensejou em todo o país os governantes a modificarem a denominação de diversas ruas, substituindo as denominações que continham relação com o Império por outros associados à República.

É importante destacar que o prédio da Câmara e Cadeia Pública era composto de dois pavimentos: no superior eram realizadas as reuniões da municipalidade e o pavimento inferior funcionava como cárcere. Contudo, no ano de 1889 instalou-se a “Comissão de Socorros” que visava dar assistência à população atingida pela seca que deu início “[...] a construção de um edifício para as audiências judiciais e intendência municipal [...]” (MEDEIROS FILHO, 1988, p.44). No tocante à localização a mesma se situa “[...] no largo existente entre a igreja do Rosário e a casa do Cap. Janúncio

da Nóbrega. [...] A planta (desenho) é do Dr. J.S. Pires Ferreira (MEDEIROS FILHO, 1988, p.43). Com a conclusão da obra no ano de 1890 o novo prédio passou a sediar o poder municipal.

Nesse sentido, o prédio da Câmara e Cadeia Pública deixou de ser sede do Poder Municipal e em meados do século XX o prédio também não exercia mais a função de cárcere já que a cidade possuía nesse período, um Quartel de Polícia onde hoje se localiza o Centro Administrativo de Caicó. Com a transferência das funções do prédio, o nome da rua foi alterado, pois, não possuía mais aquilo que a munia de sentido. A escolha dos novos nomes pelos administradores públicos estabeleceu o abandono de um passado para recordar um outro havendo a substituição de um arquétipo descritivo pelo arquétipo comemoração o qual enquadra as categorias que homenageiam pessoas, datas, eventos ou lugares. Assim, no Jornal “A Folha” (15/05/1954) há uma nota que menciona que “[...] a Rua Dr. Amaro Cavalcante (antiga Cadeia Velha) [...] [se encontra com as] [...] calçadas incompletas do lado da numeração par. No lado ímpar as calçadas estão completas e bem conservadas [...]”

A partir dessas citações, podemos dizer primeiramente que apesar da rua ter tido sua nomenclatura alterada, os caicoenses em meados do século XX, ainda a conheciam como Rua da Cadeia Velha¹. Também percebemos que o antigo topônimo, Rua da Cadeia, permanecia ainda arraigado no cotidiano das pessoas é como se para elas as alterações do nome dos lugares as desnortheastassem no espaço e no tempo, pois os nomes dos lugares assinalam suas identidades e expõem a dinâmica dos lugares. Ou seja, os lugares estão carregados de valores culturais e históricos já enraizados na cidade. Daí muitos lugares que tiveram seus nomes alterados continuarem por força do hábito a ser avocados pela sua antiga denominação.

No entanto, pela falta do denominador e pelo espaçamento temporal da denominação é impossível determinar com precisão quando a rua foi renomeada. Conforme, já mencionamos o topônimo se encaixa no arquétipo toponímico homenagem. Esse arquétipo também era encontrado em outras vias públicas de Caicó. Assim, notamos que durante a primeira República vamos encontrar outras vias que faziam menção a acontecimentos históricos e datas como a Rua da Independência, Rua Sete de Setembro, Rua 13 de Maio, Praça da Liberdade.

Um fato que devemos atentar é que na década de 1930 o poder público municipal buscou alterar o nome da cidade de Caicó para Amaro Cavalcante entretanto, a população reagiu por meio de abaixo-assinado. Essa tentativa de alterar o nome da cidade nos demonstra que a denominação de um lugar se constitui em um objeto de manipulação e de poder além de ser capaz de se converter numa questão polêmica. Assim, provavelmente diante da impopularidade do projeto de mudar o nome da cidade, o poder público decidiu rebatizar a Rua da Cadeia para Rua Dr. Amaro Cavalcante.

¹ Em razão da existência na cidade do Quartel de Polícia, ou seja, de um novo prédio onde funcionava a cadeia, a Rua da Cadeia ganhou o termo Velha.

Outra rua que vai sofrer alteração física e toponímica, no início do século XX, será a Avenida Seridó. Essa era denominada anteriormente de Rua da Fortuna em menção “[...] ao riacho da Fortuna que corria no mesmo local onde, presentemente, achase construída a avenida Seridó” (MEDEIROS FILHO, 1988, p.49). Essa avenida foi planejada pelo Dr. Augusto Monteiro e ligava o rio Seridó ao rio Barra Nova. Em razão do Riacho, a mesma possuía as calçadas muito altas, niveladas e ligadas. Entretanto, na década de 1940, o Prefeito Sr. Aldo Medeiros, cuidou “[...] de um plano de rebaixamento geral destas calçadas, bem como do futuro calçamento de Caicó.” (L’E MONTEIRO, 1945, p.27). Nesse sentido, observamos que houve a substituição de um topônimo descritivo por um de comemoração que faz menção ao Rio Seridó que passou a representar depois “[...] o nome da região e da cidade. A região inclusive é reforçada, certa vez que também já foi a denominação anterior à Caicó.” (BRITO; NETA, 2011, p. 12). Ainda é importante ressaltar que nessa avenida também se desenvolveu

[...] um comércio [...] composto por lojas de tecidos, miudezas como *A Loja Avenida de E. Gurgel de Araújo na Avenida Seridó, nº 69*, *A loja de Fazenda de Pedro Militão, completo sortimento de fazendas grossas e finas, chapéus, meias, toalhas, colchas, redes, etc.; papelarias* como a *Casa Lebarre, livraria e papelaria*; farmácias como a *Pharmácia e Drogaria Gurgel, na Avenida Seridó nº 17 e 61*; casas de ferragens como *J. Severiano & Filhos, grande sortimento de Ferragens, Estivas e Miudezas*; e, hotéis e hospedarias como o *Hotel Avenida: um grande e confortável hotel situado a Avenida Seridó, nº 80*; cafés, cigarros, bares, etc. que propunham facilitar a vida das pessoas que buscavam o comércio de Caicó (ANDRADE, 2007, p.67-68).

Observamos aqui que os estabelecimentos “A Loja Avenida de E. Gurgel de Araújo” e o “Hotel Avenida” foram batizados com o termo Avenida. Constata-se aqui que o nome Avenida Seridó foi apropriado simbolicamente pelos proprietários desses estabelecimentos com a finalidade de facilitar sua localização. Além do mais a Avenida Seridó se tornou uma das principais atrações da cidade. Morais (1999), ainda vai destacar que

[...] a ocupação do solo urbano foi objeto de outro redirecionamento em função da construção do novo Mercado Público. O deslocamento do Mercado (29-2-1918) da antiga Praça da Liberdade para o local onde até hoje se encontra (cruzamento das Avenidas Coronel Martiniano e Seridó), intensificou as construções naquela direção (MORAIS,1999, p.50-51).

No ano de 1918, a antiga construção do Mercado foi derrubada, e em seu local, foi edificada uma praça. A praça que como já discutimos acima se denominava Praça do Mercado foi rebatizada com o nome de Praça da Liberdade por ter sido palco do movimento abolicionista no final do século XIX. Ali os abolicionistas se concentravam e conferiam cartas de alforria, aos escravos. A atuação desse movimento foi intensiva de modo que na ocasião da assinatura da Lei Áurea não havia mais nenhum escravo no município. No lugar do Mercado foi construído um coreto de madeira no centro, com um formato hexagonal em cujo interior se encontravam alguns assentos de madeira, provavelmente para alojar os membros da banda de música municipal, que já existia desde 1909. As modificações na composição física da praça prosseguiram.

“O coreto de madeira foi substituído por um de alvenaria em 1931, permanecendo intocado até 1943, quando foi substituído pelo que existe até hoje” (ARAÚJO *Apud* MACÊDO, 2003, p. 34).

Podemos dizer que a partir desse momento, a cidade de Caicó vai começar a se expandir em direção oeste, a partir da construção de novas obras que ensejaram a construção de novas vias públicas. Essa expansão foi motivada a partir do desenvolvimento da indústria têxtil nacional que incitou a cotonicultura seridoense durante o final do século XIX até meados do século XX. Segundo Faria (2010, p.94), até a década de 1930

[...] a produção de algodão no Seridó e, mais especificamente, no território, onde, atualmente se encontra a cidade de Caicó, passará por um primeiro processo que se dará de forma mais artesanal (plantio, colheita e descaroçamento) na fazenda. Na década supracitada, o algodão atinge, de fato, a modernização (a usina) e se especializa.

Foi no campo que começou o processo de beneficiamento do algodão², por meio de descaroçadores, conhecido por bolandeiras, instituídos no interior das grandes propriedades rurais. Os territórios que antes serviam à pecuária e à agricultura de subsistência, transformaram-se em cenário para o aparecimento de novas técnicas, de um novo sistema de produção caracterizado pelo cultivo, colheita e descaroçamento do algodão.

Mas, o processo de beneficiamento do algodão evoluiu de modo que aos poucos os descaroçadores foram sendo substituídos pelo “[...] locomóvel [...] e posteriormente, com a instalação de usinas de beneficiamento de algodão e fabricação de óleo e torta, capazes de absorver a produção regional.”(MORAIS, 1999, p.54). Antes as sementes do algodão eram utilizadas na alimentação do gado. Entretanto, com a modernização da economia, o aparecimento de instrumentos e técnicas para comprimir as sementes começaram a aparecer, a partir da terceira década do século XX, indústrias de óleo e farelo. A partir dessas novidades tecnológicas advindas do beneficiamento do algodão, o descaroçamento, a produção de óleo e farelo vão, gradualmente, transformando-se em atividades exclusivas de usinas situadas na cidade. O desenvolvimento da cotonicultura transformará Caicó em “[...] um importante centro regional para as demais cidades do Seridó Potiguar e algumas do vizinho Estado da Paraíba [...]” (FARIA 2010, p.100). Nesse contexto, vai se destacar a atuação da ascensão política da oligarquia seridoense a qual era representada por José Augusto de Medeiros e Juvenal Lamartine. Essa elite voltou sua política para o:

2 O nordeste brasileiro, com ênfase para o Seridó, possuía clima e solo apropriado para a cultura do algodão arbóreo (chamado de mocó), caracterizado “[...] por uma excepcional resistência, sedosidade, bela coloração e grande comprimento de fibra, que ultrapassa não raro 36 milímetros. Ao contrário das outras variedades, o algodão do Seridó é perene, é arbóreo e resistente às mais longas estiagens.” (MEDEIROS, 1980, p. 27). O algodão é uma planta nativa da América e se sobressaiu pelo fato do mesmo poder ser cultivado de forma harmônica com outras atividades econômicas, como a pecuária e a agricultura de subsistência. Assim, a cotonicultura passou a utilizar a mesma área física da pecuária, e em algumas áreas, passaram a coexistir. “Isto porque o restolho e o caroço de algodão, obtidos após o beneficiamento da pluma, eram usados na alimentação do gado bovino” (MORAIS, 1999, p.53).

[...] aprimoramento da produção algodoeira e à melhoria das cidades do interior, situadas nas zonas econômicas mais dinâmicas, que a região do Seridó e a cidade de Caicó foram contempladas com obras importantes (MORAIS, 1999, p.58).

Nesse sentido, esse grupo foi responsável pela construção de novas obras públicas além deles e de seus familiares ter sido imortalizados através da toponímia urbana deixando claro a existência por parte do poder público de uma espécie de “culto” à família. Ainda é oportuno destacar que Caicó foi uma das primeiras cidades a ingressar na campanha de expansão da oferta de ensino, sendo contemplada com a construção do Grupo Escolar Senador Guerra. Apesar de ter sido um empreendimento do Prefeito Cel. Joel Damasceno, a construção viabilizou-se através de recursos estaduais. O Grupo Escolar Senador Guerra foi criado pelo Decreto nº 189 de 16 de fevereiro de 1909. Neste período quem ocupava o governo do Estado era Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, o qual atendeu ao pedido do Cel. Joaquim Martiniano Pereira, então prefeito de Caicó. “Coube ao Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, na época exercendo interinamente o cargo de Diretor-Geral da Instrução Pública do Estado, instalá-lo solenemente” (MEDEIROS, 2003, p.38). O Grupo Escolar começou a funcionar em 25-03-1909, nos salões da Intendência Municipal e no governo de José Augusto ganhou sede própria no ano de 1925 onde permanece até o presente momento.

O Grupo Escolar recebeu esse nome em homenagem a Francisco de Brito Guerra, tio-avô de José Augusto, que nasceu em 18-04-1777, ordenou-se padre, em dezembro de 1801 e em 02-02-1802, celebrou na Povoação de Campo Grande, hoje Augusto Severo, sua primeira missa e no primeiro domingo do Advento de 1802, “[...] foi consagrado vigário da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana do Seridó da Vila do Príncipe” (ARAÚJO, 2006, p.15). Em 1803, como já discutimos acima, ele criou a Escola de Gramática Latina voltada para educar e instruir os filhos das elites pecuarísticas. Também é importante destacar, que além de ter participação ao mesmo tempo na história religiosa e educacional da zona seridoense e especialmente da Vila do Príncipe, ele participou da história política, sendo deputado geral na Câmara do Império (1831-1833 e 1834-1837), deputado provincial (1835) e o primeiro Senador da província do Rio Grande que chega à Corte, ocupando o cargo de 1837 à 1845.

Também José Augusto, no ano de 1926, auxiliou na fundação e manutenção do Ginásio Santa Teresinha (GST). “Fundado pela Congregação do Amor Divino, foi o primeiro educandário feminino da cidade [...]” (MORAIS, 1999, p.59). O edifício que o mesmo ocupa foi construído no ano de 1842, pelo Visitador Pe Manuel José Fernandes e remodelado tempos depois pelo Monsenhor Valfredo Gurgel juntamente com as freiras. O primeiro “[...] conseguiu dos amigos dinheiro emprestado para o término dos trabalhos” (L’E MONTEIRO, 1945, p. 113). Já as freiras se responsabilizaram por “[...] sair, no principio da semana, pelas cidades vizinhas, pedindo esmolas para o pagamento dos trabalhadores” (L’E MONTEIRO, 1945, p. 113). No tocante à sua localização, o mesmo se encontra “[...] em plena área urbana, bem próxima às margens do rio Seridó, sua localização atual corresponde à Rua Visitador Fernandes – Centro, e sua denominação a Educandário Santa Teresinha – EST” (MORAIS, 1999,

p.60). Conforme o site da escola, a mesma recebeu a designação de Santa Teresinha em homenagem àquela Santa francesa, que foi canonizada no ano de 1925. Devemos lembrar que as denominações relacionadas à religião levam os simbolismos que definem o modo como as pessoas se aproximam da dimensão religiosa e os valores que estas atribuirão ao espaço.

Rocha Neto (2002, p.98), ainda nos informa que no mesmo ano em que a escola foi fundada, o Presidente Washington Luís, último presidente da República Velha (1889-1930) a visitou sendo “[...] saudado pela talentosa educanda mademoiselle Octávia Medeiros que, em nome do colégio, ofereceu ao ilustre visitante diversos brindes” (JORNAL DAS MOÇAS, 15/08/1926).

Ainda nessa mesma visita à cidade o Presidente Washington Luis inaugurou oficialmente o Hospital do Seridó. Também é importante destacar que após a inauguração do hospital, o presidente Washington Luís inaugurou uma praça que ficava localizada em frente ao hospital, a praça recebeu a denominação de Washington Luís. É conveniente lembrar que a oligarquia seridoense, representada por José Augusto e Juvenal Lamartine era afiliada ao Partido Republicano, ou seja, Washington Luís e a oligarquia seridoense defendiam o mesmo regime político. Segundo Brito e Neta, (2011, p. 12) “[...] ruas, algumas praças e importantes edifícios da cidade [...] tiveram seus nomes revestidos conforme o *imaginário republicano* [...]”. Também destacaremos que foi inaugurada em 22/09/1929³, a Praça José Augusto. Ela foi denominada de “Praça Dr. José Augusto”, e se localizava em frente ao Grupo Escolar Senador Guerra (L’E MONTEIRO, 1945, p.141). Na praça, construída no governo do prefeito Eduardo Gurgel de Araújo (1928-1930), foi levantado um busto do Governador José Augusto.

Com a Revolução de 1930, o jovem “coronel” Dinarte Mariz, primo de José Augusto e delegado de polícia de Caicó, agropecuarista e comerciante de algodão em Caicó foi nomeado prefeito de Caicó entre outubro de 1930 e março de 1932, o mesmo além de ter ocupado a prefeitura de Caicó, foi eleito Senador da República, no ano de 1954. No ano posterior, foi eleito Governador do Estado do Rio Grande do Norte. Ainda é conveniente destacar que o mesmo se identificou com o regime militar, tornando-se Senador biônico no ano de 1978 vindo a falecer no ano de 1985, em Brasília, tendo sido seu corpo trasladado para ser sepultado em Caicó ficando assim “[...] patente a sua influência na [...] região do Seridó” (MORAIS, 1999, p.62). E foi durante sua gestão na prefeitura que se iniciou a construção do açude Itans, a seis quilômetros de Caicó, no sítio Itans situado sobre o leito do Rio Barra Nova, o qual representa cerca de 3000 hectares de bacia hidráulica.

O açude Itans foi construído com a finalidade de servir ao mesmo tempo para irrigação e como fonte de abastecimento d’água para a cidade de Caicó, minimizando assim as consequências das estiagens, este possuía no seu projeto uma capacidade de 81.750 milhões de m³ e apresentou “[...] benefícios imensuráveis tanto à cidade como a zona rural, e até mesmo aos municípios circunvizinhos, especialmente nos períodos

3 Dia do aniversário de José Augusto Bezerra de Medeiros

de estiagens prolongadas” (MORAIS,1999, p.67). No que alude aos benefícios geomorfológicos, a escolha do sítio Itans se deveu à existência “[...] de água doce e piscosa e terras fertilíssimas às margens” (JORNAL SERIDOENSE, 09/01/1920).O espaço no qual foi estabelecido o Açude Itans foi submetido pela primeira vez à avaliação em 1920. Contudo, as resoluções para a construção do Itans se deram de forma vagarosa. Até que no ano de 1932 foram iniciadas, de fato, as obras do Açude Itans. Com a construção desse açude, o então sítio Itans sofreu alterações expressivas em sua paisagem. Para Schama (1996), a paisagem é uma forma de ver, de olhar, uma construção social, organizadora de espaços que surge na memória e na história e que influencia o sentimento de identidade. Nesse sentido, “[...] as paisagens podem ser conscientemente concebidas para expressar as virtudes de uma determinada comunidade política ou social” (SCHAMA, 1996, p.26). Esta também pode ser vista como “[...] uma viagem por espaços e lugares[...]” (SCHAMA, 1996, p.30), ou seja, um relato de espaço.

Desse modo, podemos afirmar que o sítio⁴ Itans foi modificado pela infraestrutura montada para a construção do açude ,com isso a edificação de várias casas, a presença de caminhões transitando com “[...] operários, muitos deles com seus familiares” (ARISTON, 2010, p.24), gêneros alimentícios e material de construção. Por fim, o Itans foi inaugurado em 03/02/1936 com uma grande festa em praça pública . Conforme o “Jornal A República”: “No dia 2, véspera da inauguração um grande curso de automóvel recebeu a comitiva do Governador do Estado, junto ao **Itans**, com banda de música e uma grande salva de foguetões” (A REPÚBLICA, 06/02/1936).

Na opinião do Governo, a construção do Itans denotava resistir às sequelas das secas recorrentes das irregularidades das chuvas. O açude Itans foi feito para fornecimento de água à população e aos animais, irrigação agrícola, regularização de vazante e piscicultura.

Quando o Itans foi construído era o maior açude do Estado; ainda hoje está entre os primeiros. Para a cidade de Caicó sua construção reservou-lhe o credencial de ser a primeira cidade do interior do Rio Grande beneficiada com o serviço de abastecimento d’ água (1953). Da aglomeração inicial em volta do canteiro de obras para a construção do açude, teve origem o atual bairro Itans, incorporado ao perímetro urbano de Caicó mediante Lei nº 3580, de 6 de julho de 1995 (MORAIS, 1999, p.68).

E por fim, a nomenclatura que batiza o açude e o posterior bairro, que se localiza em seu entorno, provém do nome de um molusco (itan) parecido com uma ostra, visível em grande quantidade, após o inverno, no poço das itans, localizado no Rio Barra Nova, local onde os primeiros estudos para a construção do Açude foram realizados. Embora não existam mais indícios de ocorrências da espécie animal que lá outrora existiu, ficou o nome como um tipo de fóssil linguístico, a provar e conservar de certo modo, a memória da existência daquele molusco que em certa época perdida no espaço-temporal, por lá deixaram inapagáveis seus sinais no território.

4 Propriedade rural.

Já na década de 1940, a criação da Diocese de Caicó desenvolveu “[...] o setor sociorreligioso e educacional da cidade. Foram anos de prosperidade das letras, sendo marcante a atuação do primeiro bispo de Caicó, D. José de Medeiros Delgado” (MORAIS, 1999, p.87). Ele foi vigário da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Campina Grande – PB, entre 1931 e 1941. Em 15 de março de 1941, o primo de Dinarte Mariz, foi designado pelo Papa Pio XII, para ser o primeiro bispo da Diocese de Caicó, tomando posse no dia 26 de julho do mesmo ano. O período de seu bispado durou dez anos, tendo sido o mesmo transferido, novamente pelo Papa Pio XII, para cidade de São Luís no Maranhão, para ocupar o cargo de arcebispo. Conforme Paula Sônia de Brito (2004), seu plano pastoral em Caicó foi caracterizado por um programa sócio-educativo. Assim, é fruto de seu trabalho a fundação do Ginásio Diocesano Seridoense, do Seminário Santa Cura D’Ars, da Escola Prevocacional de Caicó, Escola Popular Darcy Vargas, o Abrigo Dispensário Professor Pedro Gurgel além de várias unidades escolares em outras cidades da região do Seridó.

No dia 1º de março de 1942, foi inaugurado o Ginásio Diocesano Seridoense (GDS). “No período de sua criação a área em seu entorno tinha ocupação apenas pontual” (MORAIS, 1999, p.88). O Ginásio atendia uma clientela de rapazes “[...] na sua maioria oriundos de famílias mais remediadas, embora houvesse a distribuição de bolsas de estudos com famílias carentes da região.” (ARAÚJO, *Apud* MACÊDO, 2003, p. 42).

No que se refere à dinâmica populacional, a população rural predominou sobre a urbana até a década de 1950 “[...] visto que o perfil econômico do município era eminentemente agrário, sutilmente a cidade de Caicó sobressaiu-se no setor de educação e cultura” (MORAIS, 1999, p.70). Nesse sentido, na década de 1950 Caicó se restringia a algumas casas, que iam

[...] da Rua Marinheiro Manoel Inácio à Catedral de Sant’Ana, que se estendia um pouco mais com as ruas do ‘Cateretê’, ‘Berra Bode’, ‘Alto do Louvor’, ‘Do Pinto’, que formavam o nosso ‘Cai Pedaco’, que começava em Pedro Casé [o dono do cabaré mais cobiçado da cidade] e terminava pro’s lados de Ciço Vieira. Havia também as casas perto da ‘Ladeira de João de Cândido’, as da família Capitão (Rua Pires Ferreira), o quarteirão do Hospital, casebres no ‘Salitre’[...] que ia dali contornando a usina de Dinarte Mariz até o bairro da Intendência, onde tinha um açude com esse nome margeando a estrada que ia para o Itans, na faixa quase urbana que se estendia dos cercados de ‘Zé Evaristo’, por trás do Quartel de Polícia e da bodega de Manoel Maria. Mas da bodega de Dona Rosa pra lá, poucos moradores faziam companhia ao CDS, começando a Paraíba, uma ‘rua nova’ que ia até o Abrigo dos Velhos. Também já existiam as pracinhas; Dr. José Augusto, da Liberdade e de Sant’Ana, batizada pelo povo ‘da Catedral’ e ‘da Matriz’. A do Rosário era apenas um areial [...] (REVISTA DE CAICÓ, 26/07/1978).

A partir da citação acima, podemos dizer que os cercados de Zé Evaristo, ou seja, do senhor José Evaristo de Medeiros foram loteados e vendidos pelos seus herdeiros. Assim, a antiga fazenda Penedo deu origem ao bairro Penedo, o qual se expandiu com a chegada no ano de 1957 do 1º Batalhão de Engenharia de Construção. Ainda é oportuno lembrar que nesse período, Caicó possuía dois bairros: a Intendência, cujo nome fazia menção ao açude, e o bairro Paraíba esse último conforme Ione Diniz Rodrigues

Morais (1999), possui sua origem “[...] vinculada à construção do Abrigo Dispensário Prof. Pedro Gurgel (1949) [...]” (MORAIS,1999, p.105). No tocante, ao topônimo do bairro existem duas versões a respeito de sua denominação. A primeira é defendida pelo Monsenhor Antenor Salvino, o mesmo defende que a área localizada próximo ao Abrigo era considerada distante da Catedral de Sant’Ana daí quando alguém desejava “[...] ir lá na Paraíba, e devido a distancia, fazia-se alusão ao vizinho estado da Paraíba” (MORAIS, 1999, p.106). Já a segunda versão defendida por Irmã Lúcia Vieira ressalta que

[...] o bairro surgiu em função de uma família originária do Estado paraibano que veio ali se estabelecer, desenvolvendo atividades de criação e matança de bodes. Devido à atividade desenvolvida, os moradores do centro da cidade, quando queriam comprar carne de bode diziam vamos comprar no Paraíba, referindo-se ao Sr. Silvino Pereira da Costa, também conhecido como Silvino Bodeiro (MORAIS, 1999, p.106).

Ainda devemos destacar que além de José Augusto ter sido homenageado com uma praça e um busto construídos diante do Grupo Escolar Senador Guerra, um outro membro do clã Medeiros também foi lembrado em uma praça construída diante do GDS . Assim, no dia 04 de março de 1953, o Presidente da Câmara Municipal de Caicó endereçou ao primeiro bispo de Caicó, D. José de Medeiros Delgado um despacho telegráfico comunicando-o que seria inaugurada uma estátua de bronze do mesmo como uma homenagem prestada pelo povo caicoense àquele que é reconhecido como um benfeitor da “[...] nossa gleba querida” (LIVRO DE ATAS,04/03/1953).

Outros dois membros do clã que foram homenageados com nomes de ruas foram Padre Sebastião⁵ e José Bernardo (avô de José Augusto). Apesar de não termos achado a data exata da nomeação, nem quem os homenageou, Marcos Antônio Alves de Araújo (2008), ao analisar as mudanças em Caicó nas décadas de 1950 e 1960, usando como fonte a imprensa local, informa-nos que dias antes de começar a Festa de Sant’Ana o Parque Lima começava a ser montado no leito da Rua Padre Sebastião “[...] roda-gigante, carrossel de cavalinhos, canoas, juju, dentre outras. O juju era uma espécie de microcarrossel [...]” (ARAÚJO, 2008, p. 262). O mesmo autor ainda nos lembra que no ano de 1961 o calçamento da Avenida Bernardo de Medeiros vinham sendo prolongado.

Com isso, podemos afirmar que os nomes dos lugares possuem uma importância documental, uma vez que ao nome ficam congregados aspectos geo-históricos ou culturais de uma sociedade, pois no momento da nomeação, o nomeador volta-se para seu entorno procurando aspectos que fazem parte da sua cultura, da sua história e da sua geografia que auxiliam no processo da denominação. Também é importante destacar que a partir do discutido acima identificamos logradouros públicos que homenageiam datas, acontecimentos, lugares ou uma personalidade da história. Esses essencialmente não fazem parte da história local; mas se constituem em alusões com as quais a cida-

5 Padre Sebastião Constantino Medeiros, o mesmo ingressou na Companhia de Jesus em 1878 e entre 1882 e 1883, foi professor de português no Colégio Pio Latino Americano de Roma, vindo a falecer em 1886.

de se identifica. Desse modo, a elaboração da identidade da cidade se configura nos usos do passado, no caso, a toponímia urbana. Assim, as datas, os acontecimentos, os lugares e os personagens da história se transformam em topônimos urbanos e se relacionam com a história local através de uma operação historiográfica

[...] que elabora um discurso afetivo e sacralizador acerca da história [...] pode-se indicar que essa operação organiza uma estrutura narrativa [...] Essa escrita estabelece uma ligação entre a ordem espacial e a ordem temporal [...] Essa escrita peculiar da história é operada a partir da afirmação do princípio da gratidão que estabelece o vínculo simbólico entre a sociedade atual e o passado histórico, representado pelo personagem ou o evento [...] representado. Esse princípio, atualiza o passado no presente [...] (KNAUSS, 1998, p.1)

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 3. Ed. Recife: FJN, Ed. Massagana; São Paulo: Cortez, 2006.

ANDRADE, Juciene Batista. Félix. **Caicó, RN: uma cidade entre a recusa e a sedução**. 2007. 151f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós Graduação em História. Universidade federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2007.

ARAÚJO, Marcos Antonio Alves. **Sobre pedras, entre rios: Modernização do Espaço urbano de Caicó (1950/1960)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008.

ARAÚJO, Marta Maria. Padre Francisco de Brito Guerra: um educador ilustrado em Caicó no começo do século XIX. In: ARAÚJO, Ausônio Tércio et al (Org.). **Mestres do Seridó: Memórias**. Natal: UMA, 2006.

ARAÚJO, Sérgio André. Colégio Diocesano Seridoense. In: _____; MACEDO, Muirakytan Kennedy (Org.). **Caicó: uma viagem pela memória seridoense**. Natal: UFRN/ SEBRAE/RN, 2003.

ARISTON, Eunice. **Nesgas de uma cidade: Caicó**. Natal: RN/Econômico, 2010.

BASTOS, Gelyce Ramos. **Microtoponímia de Santa Maria da Vitória: os logradouros públicos**. 2010. Monografia. (Licenciatura em Letras) – Universidade do Estado da Bahia, Barreiras, 2010.

BRITO, Anderson Dantas da Silva; MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. EM Nome(S) de Caicó: a toponimização espacial sob os olhares da República e dos republicanos. Simpósio Nacional de História, 26, 2011. (Simpósio).

BRITO, Paula Sônia de. **A luta do Bispo Dom José de Medeiros Delgado por educação escolar para todos (Caicó-RN, 1941-1951)**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano I**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DICK, Maria Vicentina P. do Amaral. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo: (1554-1897)**. São Paulo: ANNABLUME, 2003.

FARIA, Carlos Eugênio. **Eventos geográficos e a expansão urbana de Caicó: Desigualdades e coexistências na URBE**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

GUERRA FILHO, Adauto. **O Seridó na memória de seu povo**. Natal (RN): Departamento Estadual de Imprensa, 2001.

JORNAL A FOLHA. 15 de maio de 1954.

JORNAL A REPÚBLICA. Natal, 06 de fevereiro de 1936.

JORNAL DAS MOÇAS. Caicó/RN, 15 de agosto de 1926.

JORNAL SERIDOENSE, Caicó/RN, 09 de janeiro 1920.

KNAUSS, Paulo. **Estudo da imaginária urbana**. Encontro Regional de História.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994, p. 423-483.

LIMA, Lana Lage da Gama et al. (org.). História e religião. **Encontro Regional de História** – 1998, 8, Associação Nacional de História (ANPUH), 2001. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=307>

LIVRO DE ATAS, 04/03/1953

MACEDO, Muirakytan Kennedy (Org.). **A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense**, Natal: Edições Sebo Vermelho, 2005.

_____. **Mestres do Seridó: Memórias**. Natal, Uma, 2006.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó, cem anos atrás**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

MEDEIROS NETA, Olivia Moraes de. Uma pedagogia da cidade e seus sentidos: o Príncipe (Rio Grande do Norte) e suas posturas municipais no século XIX. **Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2011, Vitória, 6. Congresso Brasileiro de História

ria da Educação – Invenção, tradição e escritas da História da Educação no Brasil, 6.. Vitória: SBHE, 2011. v. 1. p. 1-10.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra. **Seridó**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1980.

MONTEIRO, Pe. Eymard L'E. **Caicó (Subsídios para a história complementar do município)**. Recife: Escola Sales de Artes Gráficas, 1945.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Desvendando a cidade: Caicó em sua dinâmica espacial**. Brasília: Senado Federal, 1999.

NADER, Penha Mara Fernandes, **A sutileza da discriminação de gênero na nomenclatura dos logradouros públicos. Vitória (ES). 1970–2000**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história, a problemática dos lugares. **Rev. Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993.

REVISTA DE CAICÓ. Caicó, 26 julho de 1978.

ROCHA NETO, Manoel Pereira da. **Jornal das Moças (1926-1932): Educadoras em manchete**. 2002. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

SANTOS, Cláudio João Barreto dos. **Geonímia do Brasil: a padronização dos nomes geográficos num estudo de caso dos municípios fluminenses**. Tese (Doutorado em Ciências em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, IGEO, Rio de Janeiro, 2008.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: dom Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, Alexandre Melo. Aplicação dos estudos toponímicos no Ensino Fundamental e Médio: propostas teórico-metodológicas. **Recanto das letras**, 2007. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/764150>> Acesso em: abr.2012.

SOUZA, Célia Ferraz de. O sentido das palavras nas ruas da cidade. Entre as práticas populares e o poder do Estado (ou público). In: BRESCIANI, Stella (org.). **Palavras da Cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p. 138-139.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra; ALBUQUERQUE, Geraldo José; **Subsídios para o Estudo da História do Norte**; 2 ed. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.